




*Prefeitura Municipal de Lima Duarte – MG*  
*Rua Tancredo Alves, nº 57 – Centro – 36.140-000 – Telefax: (32) 3281-1281*

**Ofício nº 370/2025 - Gabinete**

**Assunto: Encaminha Mensagem de Veto nº 04/2025 – Veto ao Projeto de Lei 19/2025**

Excelentíssimo Senhor,  
**FÁBIO PEREIRA VIEIRA,**  
Presidente da Câmara de Vereadores,  
LIMA DUARTE – MG.

Recebido em:	23 / 12 / 25
Às:	13 : 51 horas.
Assinatura:	

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara,  
Nobres Vereadores,

Cumprimentando-os cordialmente, servimo-nos do presente com o fito de comunicar a Vossa Excelência que, nos moldes do §1º do Art. 66, da Constituição, decidi **VETAR**, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei Ordinária nº 19/2025, de autoria do Vereador João Batista de Moura Júnior, que “*Altera a Lei Ordinária nº 1.437/08, na forma que menciona.*”

Segue em anexo mensagem da Chefe do Poder Executivo, contendo as razões de veto.  
Respeitosamente,

Lima Duarte, 23 de dezembro de 2025.

  
**ELENICE PEREIRA DELGADO SANTELLI**  
Prefeita Municipal



# ***Prefeitura Municipal de Lima Duarte – MG***

## **Gabinete da Prefeita**

*Rua Tancredo Alves, nº 57 – Centro – 36.140-000 - Telefax: (32) 3281-1281*

### **MENSAGEM DE VETO N.º 04/2025**

Excelentíssimo Senhor,

Fábio Pereira Vieira,

Presidente da Câmara Municipal de Lima Duarte – MG.

Para os efeitos legais, comunico a Vossa Excelência que, nos moldes do §1º do Art. 66, da Constituição, decidi VETAR, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei Ordinária nº 19/2025, de autoria do Vereador João Batista de Moura Júnior, que *“Altera a Lei Ordinária nº 1.437/08, na forma que menciona.”*

Cabe a Chefe do Poder Executivo, nos termos do Art. 108, §1º, da Lei Orgânica Municipal, vetar ou sancionar o Projeto de Lei, fundamentando seu ato político na constitucionalidade ou no interesse público.

### **RAZÕES DO VETO**

O Projeto de Lei Ordinária nº 19/2025 promove a supressão dos incisos XII (Religação de água no hidrômetro) e XIII (Religação de água no passeio) do art. 130 do Anexo Único da Lei Ordinária nº 1.437/2008, retirando da lista de serviços sujeitos à cobrança de taxas, além da mão de obra e dos materiais utilizados, os referidos serviços de religação de água, além de alterar a redação do art. 72 da mesma norma.

A proposição legislativa interfere diretamente na política tarifária e de cobrança dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, matéria que extrapola a competência do Poder Legislativo Municipal.

Em que pese o merecimento da emenda apresentada, o dispositivo representa uma ingerência na gestão administrativa, apresentando vícios de ordem jurídica e administrativa, conforme detalhado adiante.



# **Prefeitura Municipal de Lima Duarte – MG**

## **Gabinete da Prefeita**

Rua Tancredo Alves, nº 57 – Centro – 36.140-000 - Telefax: (32) 3281-1281

Cumpre destacar que o instituto do veto, previsto no §1º do art. 66 da Constituição Federal, confere ao Chefe do Poder Executivo a prerrogativa de rejeitar parcial ou totalmente projetos de lei aprovados pelo Legislativo, seja por inconstitucionalidade ou por contrariedade ao interesse público. No caso em tela, a decisão pelo veto fundamenta-se na violação ao princípio da separação dos poderes e na invasão de competência administrativa do Executivo, além da contrariedade ao interesse público.

Pois bem.

O Projeto de Lei apresenta vício formal de iniciativa, uma vez que invade matéria de competência exclusiva do Poder Executivo, além de afrontar normas constitucionais e infraconstitucionais que regem os serviços de saneamento básico.

Nos termos dos arts. 23, IX, e 30, I e V, da Constituição Federal, compete aos Municípios a organização e a prestação dos serviços públicos de interesse local, dentre eles os serviços de saneamento básico, observadas as diretrizes nacionais.

A regra da reserva de iniciativa legislativa constante do art. 61, §1º, II, da Constituição da República, resguarda o Poder Executivo, em qualquer nível de governo (de acordo com o princípio da simetria), de ingerências do Poder Legislativo na sua função administrativa de organizar-se para prestar o serviço público propriamente dito.

No presente caso, temos a Lei Federal nº 11.445/2007, alterada pela Lei nº 14.026/2020 (Novo Marco Legal do Saneamento Básico), que estabelece de forma clara que a definição, fixação, revisão e estrutura tarifária dos serviços de saneamento devem ser realizadas por entidade reguladora competente, com vistas à preservação do equilíbrio econômico-financeiro e da modicidade tarifária.

Dispõem os arts. 22 e 23 da Lei nº 11.445/2007:

*Art. 22. São objetivos da regulação:*

*(...)*

*IV - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos quanto a modicidade tarifária, por mecanismos que gerem eficiência e eficácia dos serviços e que permitam o compartilhamento dos ganhos de produtividade com os usuários.*

*Art. 23. A entidade reguladora, observadas as diretrizes determinadas pela ANA, editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços públicos de*





# ***Prefeitura Municipal de Lima Duarte – MG***

## ***Gabinete da Prefeita***

*Rua Tancredo Alves, nº 57 – Centro – 36.140-000 - Telefax: (32) 3281-1281*

*saneamento básico, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos*  
*(...)*

*IV - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;*

*V - medição, faturamento e cobrança de serviços;*

O Município de Lima Duarte, por meio da Lei Ordinária nº 1.987/2020 (alterada pela Lei Municipal 2.212/2024), ratificou o Protocolo de Intenções da Agência Reguladora Intermunicipal dos Serviços de Saneamento da Zona da Mata e Adjacências – ARIS-MG, transferindo expressamente à referida Agência as competências de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico.

A Cláusula Nona do Protocolo de Intenções, aprovado pelas legislações supracitadas, dispõe que os Municípios consorciados transferem à ARIS-MG, dentre outras atribuições, a edição de atos normativos relativos às dimensões técnica, econômica e social dos serviços; a análise, fixação, revisão e reajuste dos valores de taxas, tarifas e outros preços públicos; a fixação e revisão de taxas e tarifas dos serviços públicos de saneamento básico.

Assim, qualquer alteração que implique supressão de cobrança, isenção ou modificação da política tarifária deve ser precedida de estudos técnicos e deliberada pela entidade reguladora, e não pelo Poder Legislativo Municipal.

Além disso, a Lei Orgânica do Município de Lima Duarte estabelece ser de competência do Município a organização e regulamentação dos serviços públicos, bem como a instituição e arrecadação de tributos e taxas, conforme previsão dos arts.12 e 138.

Dessa forma, ao suprimir serviços da lista de cobrança prevista na legislação que regula o DEMAÉ, o Projeto de Lei interfere indevidamente na gestão administrativa e financeira do serviço público, violando o princípio da separação e harmonia entre os Poderes.

A respeito do tema, o Supremo Tribunal Federal já decidiu que:

**COSTITUCIONAL. FEDERALISMO E RESPEITO ÀS REGRAS DE DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA. LEI ESTADUAL 23.797/2021 DE MINAS GERAIS. SANEAMENTO BÁSICO. ISENÇÃO DE TARIFA. SERVIÇOS DE INTERESSE**



# ***Prefeitura Municipal de Lima Duarte – MG***

## **Gabinete da Prefeita**

Rua Tancredo Alves, nº 57 – Centro – 36.140-000 - Telefax: (32) 3281-1281

LOCAL. COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS. CONTRATO DE CONCESSÃO. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO. 1. As regras de distribuição de competências legislativas são alicerces do federalismo e consagram a fórmula de divisão de centros de poder em um Estado de Direito. Princípio da predominância do interesse. 2. A Constituição Federal de 1988, presumindo de forma absoluta para algumas matérias a presença do princípio da predominância do interesse, estabeleceu, a priori, diversas competências para cada um dos entes federativos – União, Estados-Membros, Distrito Federal e Municípios – e, a partir dessas opções, pode ora acentuar maior centralização de poder, principalmente na própria União (CF, art. 22), ora permitir uma maior descentralização nos Estados-Membros e nos Municípios (CF, arts. 24 e 30, inciso I). 3. As competências municipais, dentro dessa ideia de predominância de interesse, foram enumeradas no art. 30 da Constituição Federal, o qual expressamente atribuiu aos Municípios a competência para legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, I) e para suplementar a legislação federal e a estadual no que couber (art. 30, II). 4. Lei estadual que atribui ao Poder Executivo estadual a faculdade de isentar o pagamento de tarifas de saneamento básico incorre em violação aos arts. 23, IX; 21, XX e 30, I e V da Constituição Federal. 5. É da essência da regulação setorial a autonomia das agências para a definição dos valores de tarifas, observados os termos e a juridicidade do contrato subjacente. Precedentes. 6. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente. (Grifo nosso)

(STF - ADI: 6912 MG 0056114-35.2021 .1.00.0000, Relator.: ALEXANDRE DE MORAES, Data de Julgamento: 16/08/2022, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 22/08/2022)

Além do vício de iniciativa e da inconstitucionalidade, o Projeto de Lei mostra-se contrário ao interesse público, pois a supressão da cobrança dos serviços de religação de água compromete a sustentabilidade econômico-financeira do serviço público, podendo refletir negativamente na manutenção, expansão e qualidade dos serviços prestados à coletividade. Ademais, tal medida pode onerar toda a população, comprometer a modicidade tarifária e estimular a inadimplência, prejudicando de forma exponencial o serviço.

Ante o exposto, não obstante seja louvável a iniciativa em trazer a matéria em tela ao debate, considerando o vício de inconstitucionalidade, a contrariedade ao interesse público, afronta a Lei Federal nº 11.445/2007 e a Lei Ordinária nº 1.987/2020, vejo-me



# ***Prefeitura Municipal de Lima Duarte – MG***

## **Gabinete da Prefeita**

*Rua Tancredo Alves, nº 57 – Centro – 36.140-000 - Telefax: (32) 3281-1281*

obrigada a vetar o Projeto de Lei Ordinária nº 19/2025, de autoria do nobre Vereador João Batista de Moura Júnior.

Respeitosamente,

Lima Duarte, 23 de dezembro de 2025.

**ELENICE PEREIRA DELGADO SANTELLI**  
**Prefeita Municipal**